

Da dependência colonial à algorítmica: o Brasil diante de novas amarras



» CARLOS ANTÔNIO VIEIRA FERNANDES
Presidente da Caixa Econômica Federal

Voltar a Celso Furtado é sempre um exercício de desconforto produtivo. Em *Formação econômica do Brasil*, ao analisar os fundamentos da ocupação territorial, ele descreve como o acordo militar anglo-português, firmado após a separação de Portugal da Espanha, garantiu segurança política, mas consolidou a dependência econômica. O ouro brasileiro, extraído em abundância, serviu muito mais ao desenvolvimento inglês do que ao português. Essa leitura, situada no século 17, ecoa no Brasil do século 21. A pergunta que se impõe é inevitável: até que ponto ainda carregamos os padrões de dependência inaugurados naquela época? A resposta não é trivial — e tampouco reconfortante.

Furtado insistia que o subdesenvolvimento não é atraso: é estrutura. Estruturas sobrevivem a governos, ciclos econômicos e até rupturas políticas. O Brasil, mesmo após industrialização e urbanização, ainda opera sob três traços profundos da velha dependência colonial: especialização em produtos primários, em

detrimento da indústria de alta complexidade; baixa densidade tecnológica, que nos obriga a importar o que há de mais avançado; incapacidade de reter e direcionar o excedente, convertido em remessas, royalties e pagamentos de tecnologia. É a lógica do centro e da periferia traduzida em linguagem contemporânea.

No século 21, a dependência já não se organiza em tratados como o Methuen. Ela se manifesta em mecanismos discretos, porém mais sofisticados. Quem controla chips, nuvens, sistemas operacionais e inteligência artificial controla mercados e decisões estratégicas, e o Brasil permanece mais consumidor do que produtor. Seguimos presos a uma arquitetura financeira global que remunera o capital externo de forma assimétrica e condiciona políticas públicas. Nossos dados, matéria-prima da economia digital, alimentam sistemas desenvolvidos fora, cujo valor raramente retorna proporcionalmente ao país. Essas amarras são menos visíveis que os navios no porto, mas não menos determinantes.

Há ainda o elemento psicológico, que Furtado chamava de colonização mental: a crença de que o desenvolvimento virá “de fora”. Portugal acreditava na Inglaterra. O Brasil já acreditou na Europa, nos Estados Unidos, no Japão. Hoje, acredita na Ásia e nas big techs. Essa expectativa recorrente produz imobilismo: investimos pouco em nossa capacidade tecnológica e excessivamente em importar soluções prontas. A dependência,

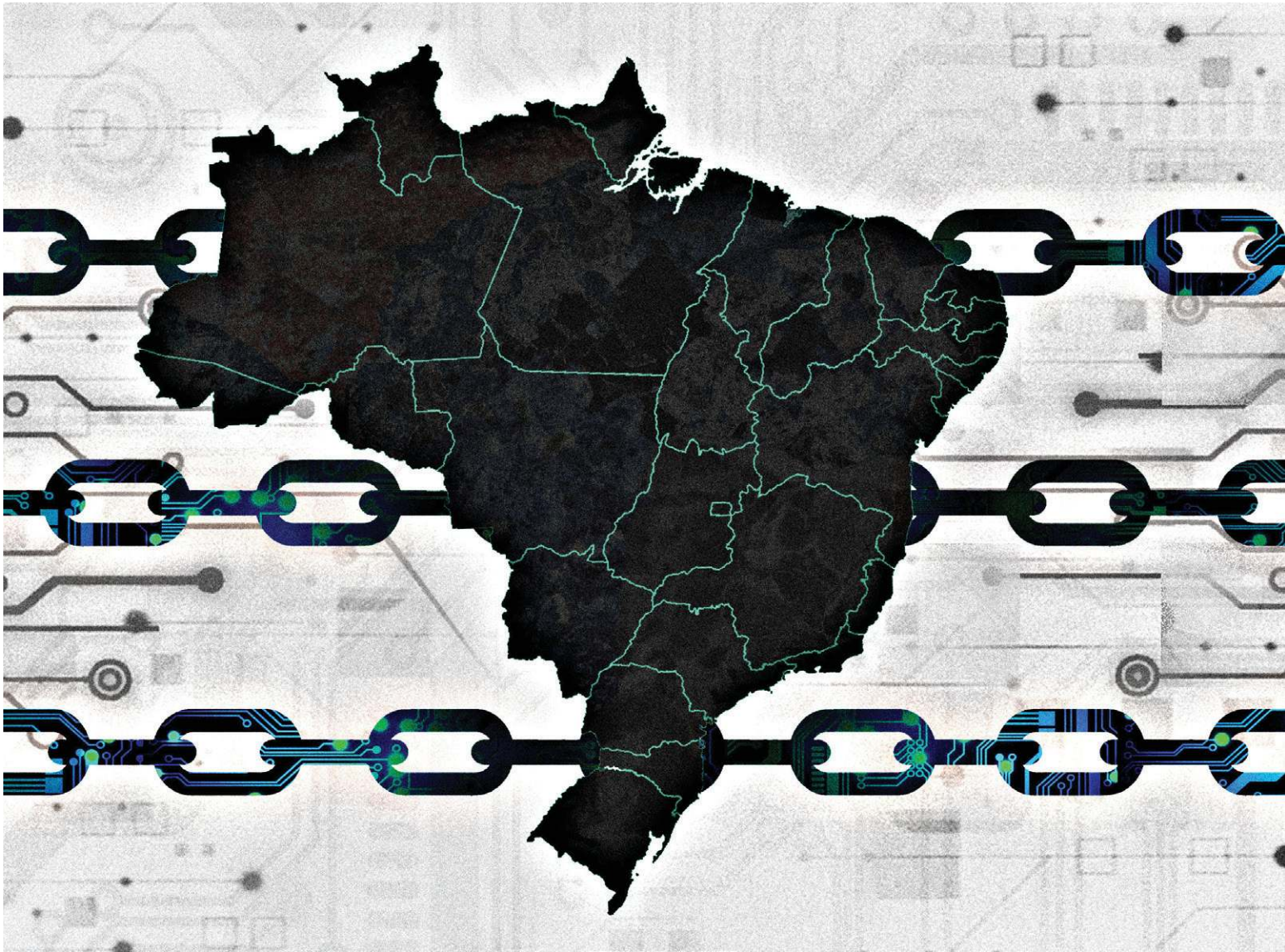
portanto, não é apenas econômica — é cultural.

A frase de Furtado permanece atual: “Uma parceria política pode criar uma dependência econômica estrutural se o país periferizado não controla seu excedente nem sua capacidade tecnológica.” Substitua “parceria política” por contrato de tecnologia, acordo de propriedade intelectual, serviço de nuvem, plataforma digital ou infraestrutura algorítmica — e o sentido profundo continua o mesmo. A dependência moderna não se dá mais no porto: ela se dá no data center.

Se no passado o ouro brasileiro financiou a Revolução Industrial inglesa, hoje corremos o risco de que nossos dados, nossa criatividade e nossa energia financiem a revolução algorítmica de outros. Mas nunca tivemos tantas oportunidades de romper o ciclo: capacidade de geração de energia limpa, sistemas financeiros sólidos, mercado interno vigoroso, competência científica respeitável, avanço rápido em IA aplicada e tecnologias sociais, criatividade cultural singular. O desafio é transformar esse potencial em projeto nacional, como Furtado sempre defendeu.

A dependência não é destino, mas estrutura histórica que só se desfaz com decisão política, capacidade tecnológica e controle soberano do excedente. O Brasil do século 21 precisa escolher se quer repetir o padrão do século 17 — ou superá-lo. O verdadeiro desenvolvimento começa quando um país decide pensar com a própria cabeça e processar com a própria inteligência — humana e artificial.

Maurenilson Freire



A esquerda necessária e esgotada



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Nunca a política necessitou tanto de propostas progressistas para enfrentar os problemas de cada país e da humanidade inteira — limites ao crescimento, mudanças climáticas, desemprego estrutural, concentração de renda, manipulação de informações, poder transnacional das big techs, inteligência artificial, crime organizado, migração em massa. Apesar disso, as forças de esquerda, que deveriam ser portadoras de utopias para o futuro, estão sendo preteridas em eleições. A direita, que só chegava ao poder por meio de golpes militares, é eleita democraticamente. Apesar de necessária, a esquerda perde porque se esgotou ao não compreender o tamanho das crises e não oferecer soluções novas para os dilemas contemporâneos, em sintonia com a vontade dos eleitores.

Por décadas, as esquerdas se beneficiaram eleitoralmente da Era da Abundância, criada pelo capitalismo graças ao avanço técnico, à disponibilidade de recursos fiscais, ao crescimento econômico sem limites e ao Estado capaz de definir soberanamente políticas econômicas nacionais. Mas a esquerda não se adaptou à Era da Escassez provocada por razões ecológicas, por

desemprego estrutural, pela inversão da pirâmide etária, pelo esgotamento das finanças públicas, pelo enfraquecimento das fronteiras nacionais, pela facilidade técnica à migração, pela ineficiência e corrupção do Estado, pela concentração de renda e pelo apartheid social.

Também não compreendeu a mudança da primazia do capital industrial para o capital conhecimento, nem o divórcio entre o humanismo planetário e a democracia nacional. Não se preparou para oferecer utopias capazes de enfrentar os novos dilemas contando com apoio eleitoral: como convencer o eleitor a reduzir o consumo imediato para salvar o equilíbrio ecológico; como aceitar o aumento do preço da energia para evitar a elevação do nível do mar; como ser receptivo ao imigrante que ameaça o bem-estar e a cultura da população nacional; como lidar com trabalhadores assalariados que se tornam desnecessários, fragilizados politicamente e movidos por interesses individualistas sem consciência de classe; como enfrentar a violência e o crime sem ferir direitos humanos; como passar dos direitos humanos individuais aos direitos coletivos da humanidade; como olhar a educação pela ótica das crianças e da formação do capital conhecimento, e não pelos interesses corporativos de professores e de teóricos da pedagogia; como sacrificar privilégios para ampliar direitos; como tratar a disputa política entre consumidores atuais e os excluídos do consumo no presente ou no futuro, e não mais entre capitalistas e trabalhadores em busca da propriedade; como ajustar as contas públicas aos limites fiscais, abandonando a fantasia de que o Tesouro é ilimitado e todos os

benefícios sociais seriam viáveis; como admitir que “estatal” não é sinônimo de “público” e, que muitas vezes, o Estado tem servido mais para assegurar privilégios do que para promover direitos; como manter, para jovens sem filhos, conquistas previdenciárias que foram viáveis para seus avós com imensas proles; como retomar o vigor reformista em vez do comodismo assistencialista; como defender valores morais modernos que se chocam com as crenças tradicionais; como tomar decisões nacionais no tempo em que o país é um pedaço do mundo; como abandonar a autossuficiência de certezas que já não correspondem à realidade, reconhecendo erros, insuficiências e falta de sintonia eleitoral; como sair do negacionismo que explica a realidade atual com modelos de eras passadas.

Apesar de ser mais necessária do que nunca, a esquerda está perdendo por ter se tornado obsoleta ao não apresentar propostas para o futuro: em tempos digitais, manteve-se analógica. Esgotou-se por não se renovar diante da realidade que exige ideias tão progressistas que redefinam o próprio conceito de progresso e sejam capazes de atrair os eleitores para um novo tipo de desenvolvimento — harmônico entre os seres humanos e destes com a natureza. A direita tem mais votos porque é mais confiável no discurso anti-humanista e conservador contra imigrantes, meio ambiente e direitos humanos.

A direita vence por estar sintonizada com o passado; a esquerda perde por não estar sintonizada com o futuro. Não sabe como ser humanista e democrática para convencer o eleitor a buscar bem-estar dentro dos limites da Era da Escassez.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Primeiro passo

A decisão tomada pela Colômbia de declarar-se, em meio à turbulência política que envolve as relações diplomáticas com os Estados Unidos e os desdobramentos da COP30, como o primeiro país da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) a renunciar integralmente a prospecção de petróleo e a exploração mineral em seu território amazônico, constitui uma ruptura profunda com o padrão histórico que moldou a ocupação da região. Ao mesmo tempo, lança um desafio silencioso e incômodo aos demais signatários desse pacto multilateral, sobretudo aos governos que insistem em justificar a manutenção de seus modelos extrativistas sob o argumento de que a vulnerabilidade econômica impede qualquer alternativa estruturante capaz de conciliar desenvolvimento e preservação.

A medida, anunciada pelo Ministério do Meio Ambiente colombiano, traz a totalidade do bioma amazônico nacional como Reserva de Recursos Naturais Renováveis e proíbe a aprovação de novos projetos de petróleo e de mineração em grande escala sobre uma área que ultrapassa cerca de 483 mil quilômetros quadrados), bloqueando dezenas de pedidos pendentes de concessões. Segundo o governo, dezenas de blocos petrolíferos e centenas de requisições minerais ficam, pelo menos em princípio, impedidos de avançar enquanto vigora o novo regime.

Irene Vélez Torres, ministra interina do Meio Ambiente, justificou o ato ao afirmar que “essa declaratória busca prevenir a perda e degradação de florestas, a captura de água e a contaminação de nossos rios, evitando a acumulação de impactos ambientais que décadas de exploração industrial causaram”, acrescentando um chamado explícito à cooperação regional: “convidamos os países amazônicos a se unirem numa Aliança Amazônica pela Vida”.

Documento governamental que formaliza a reserva, conforme divulgado pelo Ministério, prevê um regime transicional que respeita “situações consolidadas” — ou seja, não implica despejos imediatos de atividades em operação, mas estabelece um impedimento claro a novas licenças e uma moratória para a abertura de novas frentes exploratórias, medida que especialistas descrevem como simbólica, porém com potencial prático para deter a expansão de novos blocos e concessões.

Ao assumir a dianteira, a Colômbia demonstra que a preservação pode ser também uma estratégia diplomática sofisticada, apta a repositionar o país no cenário internacional e a elevar seu poder de barganha em negociações que, historicamente, foram dominadas por nações industrializadas que exploraram os próprios biomas até a exaustão e, agora, tentam impor parâmetros ambientais sem reconhecer plenamente suas responsabilidades passadas.

O presidente Gustavo Petro, em diferentes intervenções públicas durante a cúpula e nos dias que antecederam a COP30, reiterou essa linha ao pedir maior ambição global na saída dos combustíveis fósseis e ao afirmar que “não cabe a países que devastaram os próprios territórios dar lições sem assumir responsabilidades”. Sua retórica funcionou como complemento político à medida técnica do ministério, ainda que críticos apontem que a tradução dessa postura em políticas internas e em garantias de financiamento para alternativas sustentáveis exigirá passos subsequentes e concretos.

Enquanto países vizinhos começam a reconhecer que a preservação ambiental pode funcionar como elemento estratégico para fortalecer a democracia, aumentar a credibilidade internacional e atrair investimentos baseados em inovação científica e cadeias produtivas limpas, nosso país permanece preso à velha lógica de que a exploração intensiva dos recursos naturais seria o único caminho possível para evitar estagnação econômica e tensões sociais, ignorando que a insistência nesse modelo não apenas compromete a integridade da Amazônia, mas também aprofunda desigualdades internas, marginaliza populações tradicionais e reforça a dependência de mercados voláteis cujos ciclos de alta e baixa submetem o país a um permanente estado de vulnerabilidade.

A projeção de uma área gigantesca como zona livre de exploração petrolífera e mineral permite à Colômbia não apenas estabelecer um novo patamar de compromisso ecológico, mas também demonstrar que é possível pensar políticas de proteção que articulem conservação e soberania sem recorrer à narrativa simplista de que a sustentabilidade seria uma imposição externa ou uma ameaça ao desenvolvimento.

Em discurso durante a COP30, a ministra Vélez também afirmou que a medida “é um primeiro passo, mas exige financiamento internacional e políticas de substituição econômica para comunidades locais”, reconhecimento explícito da necessidade de combinar proteção legal com instrumentos de justiça social e desenvolvimento alternativo.

Esse espelho incômodo criado pela atitude colombiana reflete as limitações de um modelo nacional incapaz de articular políticas ambientais coerentes e de longo prazo e evidencia que o futuro da Amazônia dependerá cada vez mais da coragem política dos países que compõem a OTCA e da capacidade que cada um terá de transformar compromissos formais em ações concretas, compreendendo que a preservação não é uma concessão ao ambientalismo global, mas um imperativo civilizatório sem o qual não haverá estabilidade climática, segurança hídrica nem condições sociais mínimas para sustentar projetos de nação no século 21.

Enquanto a Colômbia avança, nosso país permanece enredado em contradições que se agravam sob o peso de um regime que ignora qualquer crítica e prefere exibir força em vez de reconhecer suas próprias falhas.

A frase que foi pronunciada:

“A hora é agora. A história exige que ajamos”.

Irene Vélez Torre, ministra do Meio Ambiente da Colômbia

História de Brasília

IAPFESP parou. IAPM parou. Itamaraty parou. Ministério da Justiça não começou. (Publicada em 12/5/1962)